

Maioria do PMDB chega ao fim

Saída de Pompeu de Souza deixa o partido com 279 constituintes

Consagrado nas urnas de 86, após uma campanha eleitoral que teve como pano de fundo o então glorioso Plano Cruzado, o PMDB chegou à Constituinte com uma invejável bancada de 305 parlamentares, 25 a mais que a maioria absoluta do plenário. Sozinho, o partido poderia ter aprovado qualquer projeto, e até mesmo a integra da futura Carta Magna.

Quinze meses depois da instalação da Constituinte, a legenda comandada pelo deputado Ulysses Guimarães perdeu ontem a maioria absoluta, reduzindo-se a bancada a 279 constituintes, com o desligamento de mais um parlamentar de seus quadros — o senador brasileiro Pompeu de Souza. "E isto não é senão o começo", vaticinou o senador Fernando Henrique Cardoso, um dos líderes da dissidência peemedebista.

Reverter ou no mínimo estancar este quadro é a grande preocupação do presidente do PMDB, que hoje se reúne com o governador Waldir Pires (BA) para discutir o assunto. Ligado ao grupo dissidente e formalmente rompido com o Palácio

do Planalto, Pires ouvirá do deputado Ulysses Guimarães o mesmo apelo que ele já dirigiu a outros governadores: segurem seus correligionários no partido, pelo menos até a convenção nacional inicialmente prevista para o dia 5 de junho. E nesta ocasião, promete o deputado, que o PMDB deve definir os seus rumos.

Como tudo no partido, também os governadores estão divididos em pelo menos duas alas, que podem ser classificadas genericamente como conservadora (e ligada ao Planalto) e progressista (ou histórica). Hável conciliador, Ulysses reservou argumentos diferentes para tentar convencer os dois grupos a lutarem pela unidade do PMDB.

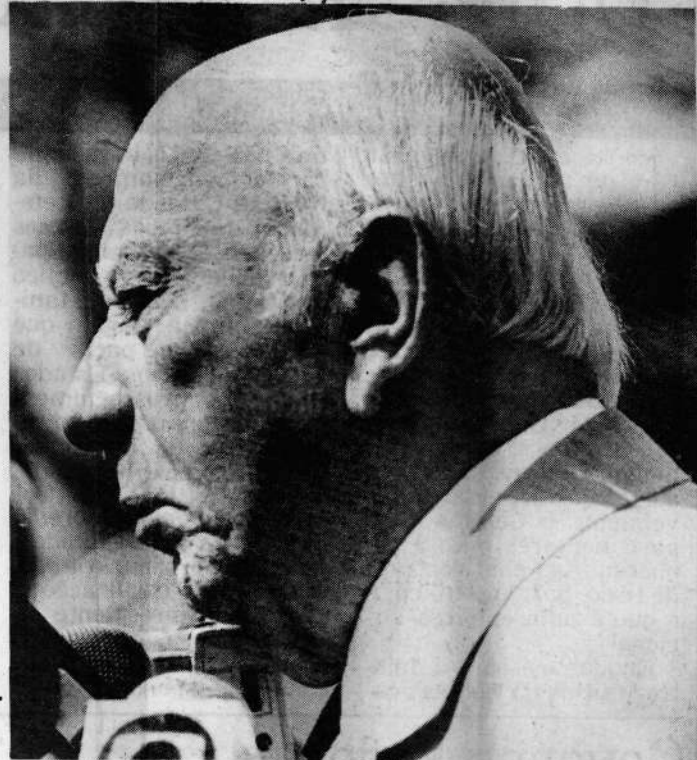
Aos dissidentes, o deputado paulista acena com duas promessas, todas dirigidas à convenção nacional de junho. A primeira diz respeito ao programa partidário, que ele pretende reformular após um grande debate destinado a reconduzir a legenda às suas raízes históricas — o apelo ao passado peemedebista é para neutralizar idêntica retórica utilizada pelos divi-

sionistas. A segunda promessa, aponta para uma chapa de composição na eleição do novo diretório nacional e, mais que a outra, já teria sensibilizado governadores como o próprio Waldir Pires e o pernambucano Miguel Arraes.

Ulysses sabe que, acima do discurso saudosista, é a política regional que está na base da insatisfação de boa parte dos dissidentes. Não é por outro motivo que ele vem recomendando aos governadores "fléis" que não hostilizem os seus adversários. A argumentação é muito simples e gira em torno de uma palavra que todo político conhece de sobra: voto. Afinal, é justamente o segmento eleitoralmente mais forte do PMDB que ameaça desertar.

Com algumas concessões, acredita o deputado, será possível manter mais ou menos coesa a imensa máquina do partido. Acima de tudo, ele quer evitar a criação de uma nova legenda pelos dissidentes com charme suficiente para abocanhar importantes fatias do eleitorado peemedebista em poucos anos.

YUUGI MAKIUCHI



Ulysses amarga a perda de 26 companheiros em 15 meses

Convenção pode não sair já

A Convenção do PMDB poderá ser mesmo adiada para depois da Assembleia Nacional Constituinte: os deputados Cid Carvalho e Genebaldo Correla começam hoje a recolher as assinaturas necessárias para o adiamento, que interessa, principalmente, ao presidente do partido, Ulysses Guimarães.

É evidente que o presidente do PMDB não pode assumir, publicamente, a defesa do adiamento da Convenção, porque poderia parecer que ele está querendo prorrogar o seu próximo mandato de dirigente do partido. E é esse o argumento que Ulysses tem usado, para dizer que a Convenção deveria se realizar na data marcada: "Eu sou contra qualquer tipo de prorrogação".

Isso, Ulysses Guimarães disse ontem a Genebaldo Correla e a Cid Carvalho. Mas afirmou-lhes também que "se vocês me apresentarem um documento representativo, eu terei que reunir a Executiva do partido, para que ela decida a questão".

A observação de Ulysses foi entendida, e não poderia ser de outra maneira, como a senha para o início do trabalho em favor do adiamento. Ele continuará colocando sua posição, de que a Convenção Nacional deve se realizar na data prevista, enquanto seus amigos trabalham para adia-la.

Um dos motivos alegados para o adiamento é que a Convenção não deve se realizar antes do término da Assembleia Nacional Constituinte, porque isso poderia complicar ainda mais a elaboração do projeto constitucional, contribuindo para o atraso de sua promulgação.

A razão verdadeira, contudo, é a dissidência do PMDB, que Ulysses espera conter, pelo menos até a promulgação da futura constituição brasileira. Qualquer tempo ganho, por menor que seja, é importante na luta para evitar a desestruturação do partido, com a saída de lideranças fortes como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

Quércia testa a dissidência

Da Sucursal

São Paulo — A participação de 98 por cento dos quase 2.400 delegados do PMDB paulista nas prévias realizadas no último domingo para renovação do Diretório Regional demonstrou que, apesar das ausências significativas de líderes como os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador Franco Montoro, o partido continua muito forte em São Paulo.

Esta constatação vinda do governador Orestes Quércia, que deverá fazer a maioria dos 70 membros do diretório e dos 62 delegados à Convenção Nacional, explica por que ele resolveu desistir de pedir aos dissidentes para permanecerem no PMDB.

H. algumas semanas, Quércia já tinha se convencido de que a saída de Covas e Fernando Henrique do PMDB era irreversível. Mas ainda vinha trabalhando através de seus assessores e deputados mais próximos no sentido de evitar esse racha.

Lei eleitoral deve ser votada em maio

Faltando apenas 20 dias para o término do prazo fixado para desincompatibilizações dos candidatos que ocupam cargos no governo, os líderes partidários ainda não chegaram a um acordo que possibilite a apreciação pela Câmara e Senado do projeto que regulamenta as eleições municipais de 15 de novembro. Além das divergências contidas no texto em relação à propaganda eleitoral e o prazo para fixação do domicílio eleitoral, a grande movimentação dos constituintes para votação do Título VII — Ordem Econômica — pode dificultar ainda mais a aprovação da legislação eleitoral. Alguns líderes, descrentes num acordo imediato, garantem que o projeto só será votado em maio.

Uma nova reunião com as lideranças partidárias foi convocada pelo líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, para hoje de manhã. Mais uma vez as discussões vão se concentrar na proposta dos critérios que irão disciplinar a propaganda eleitoral no rádio e na televisão distribuída pelo líder peemedebista na última

quinta-feira. De lá para cá as negociações não evoluíram.

— Nos outros aspectos, o texto do projeto já está bem convergente, mas o impasse continua no que se refere à propaganda eleitoral. Por isso, a votação do projeto não acontecerá antes de maio — alerta o deputado Vivaldo Barbosa, do PDT.

Preocupado com o prazo de desincompatibilizações que vence para alguns cargos no dia 15 de maio — 6 meses antes das eleições — o representante do PT, deputado Paulo Delgado, denuncia que se o projeto não for votado em regime de urgência esta semana, "fica provado que não há muita vontade política para a regulamentação das eleições municipais deste ano".

Como o ponto central das divergências entre os líderes partidários é a propaganda eleitoral, uma das saídas para desemperrar o acordo seria o adiamento da definição dos critérios, com a votação posterior de um projeto específico disciplinando o acesso dos partidos aos meios de comunicação.